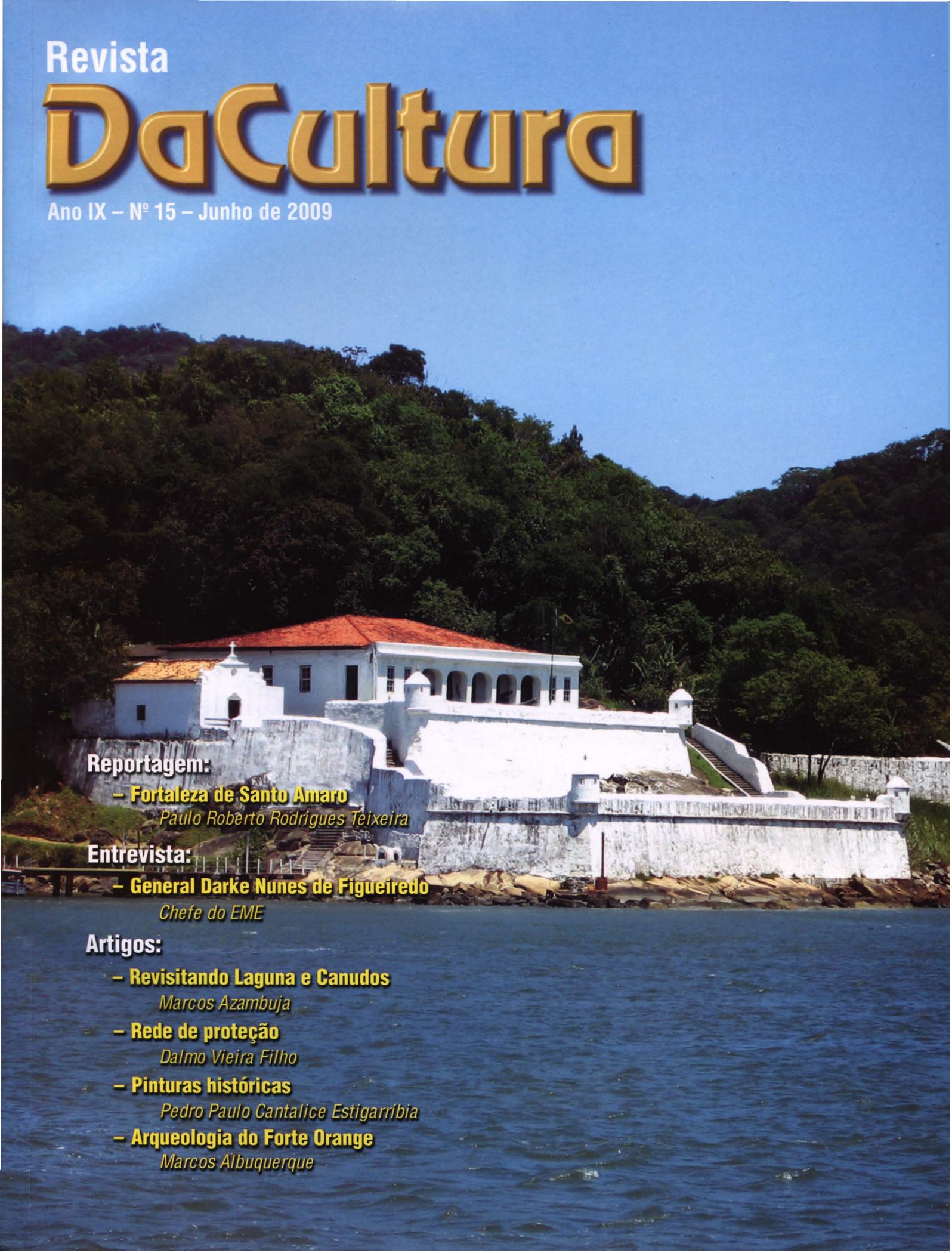


Revista

# Da Cultura

Ano IX – Nº 15 – Junho de 2009

A photograph of the Fortaleza de Santo Amaro, a large white stone fortification with a red-tiled roof, situated on a rocky hillside overlooking the ocean. The fort features several arched windows and small towers. The background is a dense green forest under a clear blue sky.

**Reportagem:**

– **Fortaleza de Santo Amaro**

*Paulo Roberto Rodrigues Teixeira*

**Entrevista:**

– **General Darke Nunes de Figueiredo**

*Chefe do EME*

**Artigos:**

– **Revisitando Laguna e Canudos**

*Marcos Azambuja*

– **Rede de proteção**

*Dalmo Vieira Filho*

– **Pinturas históricas**

*Pedro Paulo Cantalice Estigarríbia*

– **Arqueologia do Forte Orange**

*Marcos Albuquerque*

**Diretor**

**Synésio** Scofano Fernandes

**Editor**

Fundação Cultural Exército **Brasileiro**

**Redator-Chefe**

Paulo Roberto Rodrigues **Teixeira**

**Colaboradores**

Adhemar da Costa Machado Filho

João Tranquillo BeraJdo

Jorge Alves de Carvalho

**Revisão**

Alvaro **Luis** Sarkis da Silva

Noemi Catete D'Aurea

**Assistente de redação**

Marcos Trajano de Souza

**Editores eletrônicos**

MURO Produções Gráficas

21 2275-6286

muro@email.com.br

**Impressão**

Sermograf

24 2237-3769

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva **responsabilidade** dos autores, não refletindo **necessariamente** a opinião da **Revista** e do Exército **Brasileiro**.

A **Revista** não se **responsabiliza** pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas.

Salvo expressa disposição em **contrário**, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas **desde** que **mencionados** o autor e a fonte.

Aceita-se intercâmbio com **publicações** nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser produzidos em formato A4 (210 x 297), com margens de 2,5cm (usar apenas um lado de cada folha, com letras de 12 pontos e entrelinhamento duplo), acompanhados de uma síntese do currículo e do **endereço** postal.

Os originais encaminhados à redação não serão devolvidos.

As **referências** bibliográficas devem ser feitas de acordo com as normas da **Associação Brasileira** de Normas Técnicas (ABNT).

Por imposição de espaço, a redação, sem alterar o sentido e o conteúdo, pode fazer pequenas alterações no texto original.

Fundação Cultural Exército Brasileiro

**Palácio** Duque de **Caxias**

Praça Duque de Caxias - **Nº 25** - **Centro**

Ala Marcllio Dias - **5º** andar

Rio de Janeiro - RJ

CEP 20221-260

Tel 21 2519-5352 / Fax: 21 2519-5106

**E-mail:** funceb@funceb.org.br

www.funceb.org.br

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

Distribuição gratuita

Tiragem: 10.000 exemplares

# Sumário

## REPORTAGEM

47 .. Fortaleza de Santo Amaro



## ENTREVISTA

03 .. Gen Ex Darke Nunes de Figueiredo . . . . .



## ARTIGOS

07 .. Escritores na arma

*Roberto Duailibi*

09 .. Revisitando Laguna e Canudos

*Marcos Azambuja*

13 .. Pinturas históricas

*Estigarríbia*



17 .. Rede de proteção

*Dalmo Vieira Filho*

22 Aniversário da FUNCEB

28 Associação Itaú e Unibanco cria o maior banco do Hemisfério Sul e um dos vinte maiores do mundo

30 São Paulo ganha primeira passarela verde

31 Uma realidade brasileira  
Sistema de Artilharia de Foguetes Astros II

*Expedito Carlos Stephani Bastos*

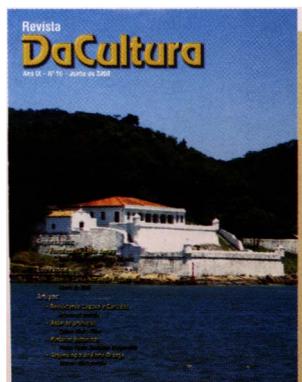
37 .. Arqueologia do Forte Orange

*Marcos Albuquerque*

## Agradecimento

Chegamos ao final da edição nº 15. Agradecemos aos que nos ajudaram na execução de mais um número da Revista DaCultura. Destacamos: Itaú Unibanco; Universidade Federal de Santos, na pessoa do CeiSecomandi; articulistas; revisores; e também aos que nos estimularam com palavras amigas para concluirmos este trabalho.

... "Até aqui nos ajudou o Senhor" 1Sm 7:12



## Nossa capa

Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande.

Construída no período de 1583 a 1584, para defesa da Baía de Santos.

FORO DA CAPA:

Adler Homero Fonseca de Castro

# Arqueologia do Forte Orange

MARCOS ALBUQUERQUE



**E**m recente artigo, publicado nesta revista, o CeI Paulo Roberto Rodrigues Teixeira permitiu ao leitor ter uma ampla visão do Forte Orange, situado na Ilha de Itamaracá, no litoral norte do Estado de Pernambuco.

Aquele artigo proporciona uma ampla visão daquela unidade funcional do sistema de defesa do Brasil, no período colonial. Permite ainda o entendimento de seu potencial, se inserido em um complexo turístico mais amplo, a exemplo do que ocorre em diversas partes do mundo. Face

ao poder de síntese histórica do citado artigo, nos ateremos a outros aspectos, os arqueológicos, deste mesmo Forte.

A arqueologia, ao contrário do que muitos pensam, ainda por influência do século XIX, não busca curiosidades ou peças "fabulosas". Dedicase, na atualidade, ao entendimento das sociedades através dos elementos materiais produzidos e utilizados por suas culturas. Para tanto, desenvolveu uma metodologia própria, onde a abordagem interdisciplinar se constitui em fator

Muralhas do Forte Orange construídas em pedras de calcário.



Afoto acima, registra o estado de abandono dificultava o acesso ao que restava da fortaleza.

Aolado, estado em que se encontrava a parte interna,

Grande parte da cortina e do baluarte voltados para o Canal de Santa Cruz se encontravam praticamente destruídos.

Abaixo, o desmoronamento da cortina permitia a fuga do preenchimento do terrapleno e consequentemente destruiu grande parte dos vestígios arqueológicos do cotidiano da fortaleza.



preponderante. Um dos princípios basilares da arqueologia moderna é o de considerar em cada artefato produzido pelo homem o acúmulo milenar de energia cultural. Um simples tijolo, uma ponta de flecha, por exemplo, são frutos de uma experiência milenar. Cada um deles possui historicidade intrínseca em seu fazer, em seu uso.

Outro aspecto que não deve ser descurado é que o proceder arqueológico difere de outros que compartilham o mesmo objeto de estudo. As relações espaciais tridimensionais dos elementos materiais da cultura estudada permitem uma aproximação do cotidiano da cultura ou monumento em estudo. É consoante estas perspectivas que abordaremos o Forte Orange neste artigo.

Com base no conhecimento histórico, sabe-se hoje que a fortificação existente na Ilha de Itamaracá, em Pernambuco, teria ostentado de início a bandeira dos holandeses; após a Restauração, a bandeira portuguesa; e por fim, a bandeira imperial do Brasil. Ao longo deste tempo diferiram os inimigos, alteraram-se o potencial das armas e os conceitos da engenharia militar. Assim, ao abordarmos o Forte Orange, deveremos inicialmente definir qual momento, ou de qual Forte estamos tratando. Do português? Do holandês? De ambos? Em que período? Definidas estas questões, poderemos nos perguntar: Como foi construído? Por que foi construído? O que pretendia defender? Estava aparelhado para se defender do inimigo esperado? Mantinha relações com outras unidades funcionais do sistema envolvente? Ou ainda focar seus defensores, seu cotidiano no forte. De que se alimentavam? Como se alimentavam?

Uma questão se põe de início, a manutenção nos dias atuais da denominação holandesa do forte de Itamaracá. Certamente após a Restau-

ração o governo português não manteria o nome Forte Orange, uma homenagem à família real holandesa. De fato, a partir de então a documentação faz referência ao Forte de Itamaracá e posteriormente à Fortaleza de Santa Cruz, na Ilha de Itamaracá. Mais recentemente a denominação Forte Orange volta a ser utilizada. Esta tem sido a prática oficial, mas talvez não o uso popular. E esta é uma questão que talvez possa ser avaliada através de alguns aspectos do inconsciente coletivo da sociedade brasileira, desde os séculos passados até a atualidade.

Um aspecto que já foi levantado em diferentes ocasiões é o fato de que, praticamente tudo, cuja origem se perdeu nas brumas do passado, é atribuído, no Sul, aos jesuítas, e no Nordeste, aos holandeses. Qualquer ruína abandonada no Nordeste é imediatamente atribuída aos holandeses, até mesmo igrejas católicas.

No caso do Nordeste esta associação à primeira vista pode parecer um contra senso, considerando-se o empenho da população na luta pela Restauração. Mas se considerarmos que ao longo dos vinte quatro anos de ocupação do Brasil pelos holandeses, as relações internas diferiram substancialmente, poder-se-ia então encontrar uma explicação. A ocupação holandesa pode ser dividida em três períodos básicos: o de conquista inicial, anterior a administração de Nassau, o período



do de Nassau e o período pós Nassau, quando se deram as lutas pela Restauração. Sobretudo o período inicial marcou um tempo de grandes atrocidades, saques e combates. Durante o período do governo do Conde Maurício de Nassau o chamado Brasil holandês vivenciou momentos de liberdade religiosa', de prosperidade econômica, de desenvolvimento e de uma convivência relativamente pacífica entre holandeses e luso-brasileiros. Este período marcou de tal forma a sociedade, ao ponto de mesma associar grandes construções ao período holandês, diga-se, ao período da administração de Nassau, pois, os outros dois períodos foram de destruição. É como se houvesse uma amnésia histórica dos períodos de violência.

Indiscutivelmente o "Forte Orange" que hoje domina a entrada do Canal de Santa Cruz é um monumento imponente, destacando-se na paisagem em que se encontra inserido. Mas aquele forte,

Restauração de um baluarte que se encontrava completamente destruído

A foto abaixo permite distinção nítida da parte mais antiga da restaurada. Como passar das décadas a coloração das pedras foi uniformizada dificultando a interpretação por parte de um não especialista.

1 É deste período a construção da primeira Sinagoga das Américas, a Kahal Zur Israel.



ração o governo português não manteria o nome Forte Orange, uma homenagem à família real holandesa. De fato, a partir de então a documentação faz referência ao Forte de Itamaracá e posteriormente à Fortaleza de Santa Cruz, na Ilha de Itamaracá. Mais recentemente a denominação Forte Orange volta a ser utilizada. Esta tem sido a prática oficial, mas talvez não o uso popular. E esta é uma questão que talvez possa ser avaliada através de alguns aspectos do inconsciente coletivo da sociedade brasileira, desde os séculos passados até a atualidade.

Um aspecto que já foi levantado em diferentes ocasiões é o fato de que, praticamente tudo, cuja origem se perdeu nas brumas do passado, é atribuído, no Sul, aos jesuítas, e no Nordeste, aos holandeses. Qualquer ruína abandonada no Nordeste é imediatamente atribuída aos holandeses, até mesmo igrejas católicas.

No caso do Nordeste esta associação à primeira vista pode parecer um contra senso, considerando-se o empenho da população na luta pela Restauração. Mas se considerarmos que ao longo dos vinte quatro anos de ocupação do Brasil pelos holandeses, as relações internas diferiram substancialmente, poder-se-ia então encontrar uma explicação. A ocupação holandesa pode ser dividida em três períodos básicos: o de conquista inicial, anterior a administração de Nassau, o período



Restauração de um baluarte que se encontrava completamente destruído.

do de Nassau e o período pós Nassau, quando se deram as lutas pela Restauração. Sobretudo o período inicial marcou um tempo de grandes atrocidades, saques e combates. Durante o período do governo do Conde Maurício de Nassau o chamado Brasil holandês vivenciou momentos de liberdade religiosa<sup>1</sup>, de prosperidade econômica, de desenvolvimento e de uma convivência relativamente pacífica entre holandeses e luso-brasileiros. Este período marcou de tal forma a sociedade, ao ponto de mesma associar grandes construções ao período holandês, diga-se, ao período da administração de Nassau, pois, os outros dois períodos foram de destruição. É como se houvesse uma amnésia histórica dos períodos de violência.

A foto abaixo permite a distinção nítida da parte mais antiga da restaurada. Com o passar das décadas a coloração das pedras foi uniformizada dificultando a interpretação por parte de um não especialista.

Indiscutivelmente o "Forte Orange" que hoje domina a entrada do Canal de Santa Cruz é um monumento imponente, destacando-se na paisagem em que se encontra inserido. Mas aquele forte,

<sup>1</sup> É deste período a construção da primeira Sinagoga das Américas, a Kahal Zur Israel.





Aspecto da restauração interna, na Praça de Armas. Além dos técnicos do PHAN, trabalharam nesta restauração presidiários, entre os quais, um deles foi o José Amaro que, quando libertado transformou-se no "Guardião do Forte", como é conhecido até os dias atuais.

Aolado, Planta de danos datada de 1788. Pode-se observar que ao longo dos séculos a Fortaleza sofreu danos e reparos, que foram identificados da pesquisa arqueológica.

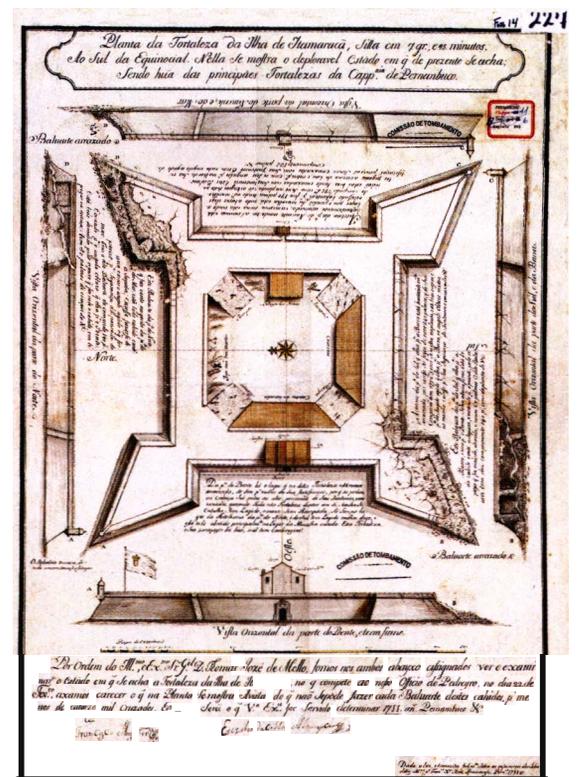
na realidade, não é de construção holandesa e muito menos se denomina Orange. Mas Forte Orange é o nome que prevaleceu no inconsciente coletivo, bem como a idéia de que foi construído por holandeses. Atualmente até mesmo os projetos oficiais referem-se à antiga Fortaleza de Santa Cruz como Forte Orange.

O Forte Orange, de construção holandesa, na realidade se encontra abaixo da edificação atual. Sua estrutura original foi descoberta durante a escavação arqueológica realizada por nossa equipe. Neste artigo, entretanto, trataremos apenas da Fortaleza de Santa Cruz, de construção portuguesa.

Considerando que o forte de Itamaracá é popularmente conhecido pelo nome do antigo forte construído no início do século XVII pelos holandeses, intitulamos este artigo de "Escavação arqueológica do Forte Orange (1)". Esperamos em próximo artigo tratar especificamente do verdadeiro Forte de Orange.

Como foi mencionado anteriormente, a Fortaleza de Santa Cruz sucedeu, tanto em cons-

trução como em bandeira, à construção holandesa. O reconhecimento lusitano da importância estratégica daquele ponto fortificado para a segurança da Capitania estimulou os portu-



ses a erigirem um forte no mesmo local do abandonado forte holandês. A escavação arqueológica ali realizada demonstrou que durante certo período, tropas luso-brasileiras ocuparam as instalações do Forte Orange, abandonado pelos holandeses. Uma ocupação que se prolongou nos séculos subsequentes, entremeando períodos de intensa atividade construtiva da nova fortaleza, com períodos de quase abandono.

Considerando a situação atual da Fortaleza de Santa Cruz como uma ruína em "bom" estado de conservação, a pesquisa arqueológica teve seu início a partir da análise de suas cotas positivas, ou seja, antes da escavação procedeu-se a uma avaliação de suas porções que se encontram acima do solo.

Esta análise fez ressaltar de imediato algumas questões. Foi possível observar-se que as ruínas hoje presentes, já são fruto de sucessivas interferências ocorridas ao longo dos séculos. Ainda durante o período da ocupação luso brasileira, grande número de documentos, correspondências dirigidas à Corte, solicitava recursos para a recuperação de partes danificadas pelas intempéries. Posteriormente, com a transformação das armas, dos recursos da artilharia, dos conceitos estratégicos, grande parte dos fortes e das fortalezas foi desativada e readaptada, ou mesmo abandonada. A Fortaleza de Santa Cruz foi abandonada e em decorrência teve início mais um longo período de deterioração de suas estruturas.

Tombada em 1937, a fortaleza permaneceu abandonada até a década de 1960, quando o IPHAN, na pessoa do Dr. Ayrtton Carvalho, encetou uma enérgica ação no sentido de sua recuperação. Deste esforço participou também o então comandante da 7ª/RM, General Muricy. Provavelmente se não houvesse naquela ocasião uma intervenção firme, a Fortaleza de Santa Cruz te-



ria desaparecido, como ocorreu com várias outras no território nacional. Esta atuação ocorreu entre as décadas de 60 e 70, quando a Ilha de Itamaracá era praticamente desabitada, pelo menos nas imediações da fortaleza.

No fim dos anos 60 e começo da década seguinte, as ruínas estavam cobertas por uma densa vegetação e com parte de suas muralhas tombadas, como pode ser observado em fotos desta época, existentes nos arquivos do IPHAN e do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

Nesta época, houve uma profícua e espontânea conjugação de esforços que viria a propiciar o "salvamento" do que restava das ruínas da

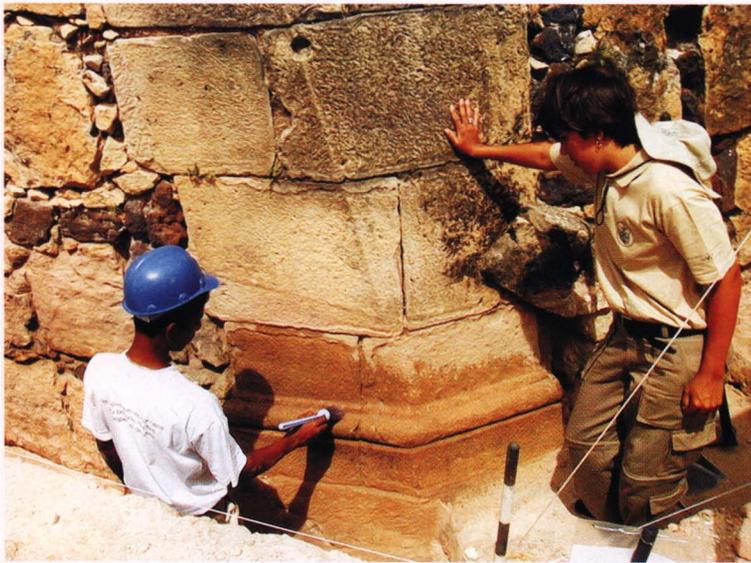
Início das escavações no terrapleno,

No alto, aspecto das escavações realizadas na Praça de Armas. Buscava-se nesta oportunidade resgatar arqueologicamente o Quotidiano dos ocupantes da Fortaleza de Santa Cruz

Diariamente, nas marés altas, as muralhas do forte são batidas pelas águas. A infiltração das águas pelas frestas das pedras retiram, quando do recuo, a areia do terreno fragilizando o monumento.



Por ocasião do recuo das ondas a água que penetrou nas frestas retorna, trazendo o sedimento do terreno.



Acima, a base de um chafariz estava coberto pela rampa de acesso ao terreno. A pesquisa arqueológica revelou o local exato do início desta estrutura.

Estudo do poço português que se encontra no centro da Praça de Arruas.



Fortaleza de Santa Cruz, então conhecida como Forte Orange. A conjugação dos esforços do General Muricy, que considerava a importância de preservar-se os monumentos militares, com a diligência do Dr. Ayrton Carvalho, fornecendo o apoio técnico para a restauração, e do coronel do Exército Gabriel Duarte Ribeiro, então Comandante Geral da Polícia Militar de Pernambuco, que colocou 150 homens da PM à disposição do Laboratório de Arqueologia da UFPE para a realização da primeira campanha arqueológica no "Forte Orange". Desta forma foi realizada uma pesquisa arqueológica que subsidiou parte da restauração realizada na ocasião. Posteriormente o Sistema Penitenciário do Estado disponibilizou vários detentos para colaborar com a restauração do Forte, sob a orientação do IPHAN.

A pesquisa arqueológica teve uma grande repercussão tanto local como nacional e internacional. A revista Manchete, de grande circulação na época, dedicou várias páginas a esta pesquisa; o Jornal o Século, de Lisboa, noticiou em primeira página; as duas emissoras locais de televisão noticiavam praticamente todos os dias, e foi registrada uma afluência de 1232 visitantes/dia ao canteiro das escavações. Uma visita muito significativa considerando-se que na época da primeira escavação não havia estrada pavimentada de acesso ao Forte. Tais fatos denotam o interesse pela arqueologia militar, o que bem poderia ser melhor aproveitado no Brasil, como ocorre em vários outros países.

Considerando o exposto até o momento, é possível que o leitor que conheça o "Forte Orange" pessoalmente tenha tido algumas surpresas. Ou por pensar que estava diante do forte holandês que teria sido ocupado pelos portugueses após a saída dos holandeses do Brasil em

1654, ou ainda por acreditar que a construção atual correspondia às ruínas intactas do que restou do forte português.

É que o tempo, com sua ação implacável, encarregou-se de camuflar praticamente todas estas interferências ocorridas no monumento. Tanto as ocorridas durante a sua ocupação funcional, como ocupações mais recentes. Deste modo, aos olhares de um observador atual, não especialista no assunto, parece estar diante das ruínas intactas da Fortaleza de Santa Cruz, abandonada após o seu desarmamento.

Independentemente da surpresa que possa ter causado estas informações, o relatado faz parte integrante da história recente deste monumento, e que é desconhecida da maioria dos que a visitam.

Embora a primeira pesquisa arqueológica, realizada em 1970, tenha despertado muito interesse na população, muitos fatos ocorreram nestas últimas quatro décadas de modo a promover um "esquecimento" dos contemporâneos e um desconhecimento entre os mais jovens. Apenas um pesquisador que venha estudar detidamente esta fortificação poderá desvendar certos eventos que o tempo se encarregou de encobrir.

No ano de 2002 teve início uma nova pesquisa arqueológica na Fortaleza de Santa Cruz. Desta feita uma pesquisa mais ampla que aquela realizada em 1970, envolvendo toda a área interna e externa ao forte. Esteve ainda à frente desta nova empreitada o Laboratório de Arqueologia da UFPE, desta feita em parceria com a Mowic Foundation, e contando com o apoio da Embaixada dos Países Baixos, no Brasil, e com o Governo do Estado. O apoio financeiro foi propiciado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos e pelo Governo do Estado de Pernambuco. Contou ainda, nesta parce-



Após a delimitação dos cortes amostrais foi retirado o reboco. Esta etapa da pesquisa permitia identificação de diferentes etapas construtivas como ainda das diferentes reformas.



Ao lado, todas as anomalias encontradas com a prospecção geofísica são avaliadas.



Estudou-se um sepultamento de oficial luso-brasileiro encontrado no interior da capela.



Material de construção resgatado na pesquisa arqueológica que deverá ser utilizado na restauração.



Aopé da muralha foram encontradas Bermas que se encontravam soterradas.

ria, com o apoio técnico da 5ª Superintendência Regional do IPHAN.

Esta pesquisa foi subdividida em duas campanhas, a primeira realizada em 2002 e a seguinte em 2003. A partir dos resultados obtidos, vários aspectos até então 'nebulosos' puderam ser esclarecidos. Um deles se refere à origem construtiva do monumento, se holandês ou português. Até então alguns autores defendiam a hipótese de que o forte atual teria sido o resultado do "encarnisamento" do forte holandês, ou seja, a muralha em terra do forte holandês teria sido revestida em pedra pelos portugueses. Tal hipótese encontrava respaldo na documentação iconográfica, que revelava uma grande semelhança morfológica entre as plantas holandesas e portuguesas, notadamente no que se refere à estrutura externa de defesa, ao traçado de suas muralhas, à disposição dos baluartes. De fato, o traçado abaluartado dos dois fortes se mostrava muito próximo. Externamente aquelas plantas diferiam entre si quanto à disposição das portas principais, que facejavam cortinas distintas. Outra diferença notável que pode ser

observada entre as plantas é quanto à disposição dos quartéis no interior da Praça de Armas. Nas plantas holandesas os quartéis se encontram separados da Contra Muralha, enquanto que nas plantas portuguesas os mesmos se encontram justapostos a mesma.

A pesquisa arqueológica pode esclarecer muitas das questões inicialmente levantadas embora que, ao mesmo tempo, novas questões foram surgindo, em função do partido metodológico utilizado, qual seja, o de escavação em múltiplos estágios. De acordo com esta metodologia cada nova descoberta retroalimenta o sistema e novos problemas, do ponto de vista epistemológico, surgem, exigindo a formulação de novas hipóteses e testes das mesmas.

Um dos principais problemas que se apresentou, foi a constatação de que não havia uma diferenciação estratigráfica nítida entre a ocupação holandesa e a portuguesa, salvo em pequenos trechos da área escavada, a despeito do período de desocupação entre elas. Este fato deve-se a alguns fatores principais. Em primeiro lugar a área é sujeita a acumulação de grandes quanti-



dades de areia trazidas pelos ventos, o que exige uma ação de remoção periódica.

Por outro lado, a construção holandesa foi ocupada pelos portugueses em momento anterior à construção da Fortaleza de Santa Cruz. Durante esta ocupação houve remanejamento de terra de modo que na maioria das áreas houve interferência no que poderia ter sido uma camada "lacrada" distinguindo as duas ocupações.

Por ocasião da construção da Fortaleza portuguesa houve certamente uma nova e grande mobilização de terra, alterando consequentemente a estrutura estratigráfica.

Por outro lado, os relatos históricos referem-se com frequência a reparos na estrutura da Fortaleza, o que também contribuiu para a perturbação estratigráfica. Danos que foram relacionados durante sua existência, seja por relatos textuais, seja através de mapas de danos.

Fotografias do forte tomadas nas décadas de 1960/70 denotam o tombamento de parte das muralhas e a "fuga" de material, tanto do terra pleno como dos baluartes. Durante a restauração das estruturas necessariamente houve repo-

sição dos espaços vazios, o aporte de areia para reconstituir o reparo. Durante a restauração ocorrida nos anos 1960/70 grande quantidade de material foi remobilizado, tanto material para as estruturas (pedras para as muralhas), como material de seu preenchimento. Todas estas causas acarretaram em uma interferência na estratigrafia que poderia vir a separar de forma nítida as duas ocupações destes fortes.

Mesmo considerando as perdas interpretativas decorrentes da perturbação estratigráfica, muitas questões foram efetivamente solucionadas, o que permite uma restauração com base científica. Dentre as questões solucionadas com esta pesquisa arqueológica poderemos destacar:

1. O forte atual, a Fortaleza de Santa Cruz, é de construção portuguesa.
2. A Fortaleza de Santa Cruz apresenta uma morfologia externa muito semelhante à do Forte Orange, construído pelos holandeses, entretanto, foram dois fortes distintos.
3. O Forte Orange era menor do que o forte português e se encontra circunscrito no espaço ocupado pelo monumento atual.

Presença da Bermaem um ângulo reentrante da Fortaleza



Acima, a área envolvente do Forte foi prospectada e encontrou-se um dos caminhos que interligava esta unidade militar a Vila da Conceição, hoje conhecida como Vila Velha.

Milhares de toneladas de terra escavada foram peneiradas.

4. Apenas parte do baluarte à esquerda da fachada atual e parte das duas cortinas que lhe são contíguas, alinham-se com as estruturas do forte holandês.
5. A praça de armas do forte atual é significativamente maior que a do forte holandês.
6. A construção da Fortaleza de Santa Cruz não seguiu um ritmo contínuo; ao contrário, sofreu frequentes paradas e retomadas.
7. Possivelmente quando dos momentos de interrupção na construção, estruturas tem-

porárias foram instaladas, como é o caso do telheiro de armas.

8. Seriam também temporários os telhados em duas águas utilizados em algumas dependências.
9. Embora a construção do trânsito e dos quartéis contíguos tenha sido iniciada para comportar um teto em abóboda, provavelmente a estrutura não chegou a ser concluída. Ali foram instalados (temporariamente?) telhados em duas águas.
10. Parte dos quartéis sob a cortina da fachada não chegou a ser concluída.
11. O terrapleno correspondente à cortina da fachada não chegou a ser concluído.
12. A matéria prima utilizada na sua construção foi em grande parte obtida na própria Ilha de Itamaracá. A pedra calcária utilizada na construção das muralhas e paredes aflora ainda hoje em diversas partes da Ilha. A cal teria sido obtida pela calcinação deste mesmo calcário. O arenito ferruginoso, também



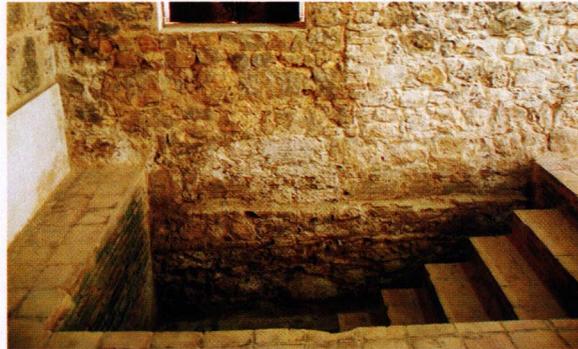
- utilizado na construção é encontrado nas proximidades do Forte (Grupo Barreiras).
13. As rampas de acesso aos terraços e baluartes tiveram a inclinação e extensão alteradas durante as obras e a própria ocupação ao longo dos séculos.
  14. Provavelmente os acessos aos terraços e baluartes nunca tenham sido concluídos durante a ocupação portuguesa, pois, não há compatibilidade de nível entre as rampas de acesso e estas estruturas. Na condição atual apenas 1/3 do terraço é operacional do ponto de vista militar.
  15. A capela hoje existente é decorrente de uma reforma que ampliou a profundidade do quartel então existente no local, já de construção portuguesa.
  16. Durante a restauração ocorrida na década de 70, foi utilizado calcário oriundo do Estado da Paraíba.
  17. Muitas das dependências, hoje existentes, foram reedificadas na restauração da década de 70.
  18. O poço português, localizado no centro geométrico da Praça de Armas, fornecia água suficiente, tanto em quantidade como em qualidade, para um efetivo compatível com as dimensões do Forte.

No momento vários Órgãos encontram-se envolvidos com a revitalização deste monumento. Encontra-se em fase final o projeto de restauração que privilegiará as descobertas arqueológicas, tanto do forte português quanto do holandês, descoberto sob a Fortaleza de Santa Cruz, e que será objeto de próximo artigo.

Encontra-se ainda em fase final de elaboração outro projeto voltado para a contenção do mar e a consequente preservação do monumento. Em breve o relatório completo das pesquisas



No interior da capela foi encontrado uma amarração de parede destruída. Esta parede corresponde a um período em que a capela ainda não existia.



No interior de uma das dependências foi encontrado uma cavidade associada ao forte português e construída uma escada pelo IPHAN na década de 70. A pesquisa arqueológica comprovou que se tratava de uma estrutura do forte anterior, ou seja, do holandês. A escadaria foi removida e esta estrutura será tratada no próximo artigo sobre o Forte de Orange.



A pesquisa arqueológica não limitou-se ao interior da Fortaleza. Procurou-se inserir-lho contexto da Ilha de Itamaracá, inclusive estudando-se a topografia geral e os possíveis deslocamentos de tropas.

arqueológicas estará disponível na *home page* [www.magmarqueologia.pro.br](http://www.magmarqueologia.pro.br), os interessados poderão entrar em contato através do site para obter maiores detalhes.

A restauração deste monumento, como a apresentação do fardo material arqueológico encontrado nas pesquisas, contribuirá para o entendimento de mais uma página da História Militar brasileira. Entendimento que deverá elevar a autoestima do povo e permitir ainda resgatar a herança comum entre Portugal, Brasil e Holanda.

**MARCOS ALBUQUERQUE** é natural de Recife- Pernambuco.

Coordenador do laboratório de Arqueologia da UFPE. Professor do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da UFPE.

Pesquisador do CNPq. Doutor em Arqueologia Histórica e Membro da Academia de História Militar do Paraguai.

"Nela fez agora Diogo Flores de Valdez, general da Armada  
que -Sua Majestade mandou ao Estreito de Magalhães, um forte com  
gente e artilharia porque está de outra banda do rio  
que é a banda de São Vicente, onde podem entrar naus grossas."

Padre 'los éde Anchieta - 1584



**Texto disponibilizado pelo site Brasil Arqueológico – Equipe do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco - <http://www.magmarqueologia.pro.br/>**

**Conteúdo protegido pela lei de direitos autorais. É permitida a reprodução parcial ou total deste texto, sem alteração de seu conteúdo original, desde que seja citada a fonte e o autor.**

**COMO CITAR ESTA OBRA:**

**ALBUQUERQUE, Marcos. Arqueologia do Forte Orange. Revista da Cultura. Rio de Janeiro, n. 15, ano IX, p 37-47, Jun./2009.**